RESOLUÇÃO CONSU Nº 10/2025

O Presidente do Conselho Universitário – CONSU, no uso de suas atribuições, considerando o deliberado na 84ª. Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2025, consoante Processo SEI nº 073.7610.2024.0037523-31,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o REGIMENTO INTERNO DA BROTO INCUBADORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, conforme anexo único desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade, em 22 de maio de 2025.

**ALESSANDRO FERNANDES DE SANTANA
PRESIDENTE**

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSU nº 10/2025

REGIMENTO INTERNO DA BROTO INCUBADORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Este Regimento Interno tem por objetivo especificar as regras de funcionamento da Broto Incubadora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Art. 2º - A Broto Incubadora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), está vinculada a Reitoria desta Universidade, como órgão suplementar, na condição de incubadora universitária, e reger-se-á por este Regimento Interno e demais normas legais aplicáveis às incubadoras universitárias.

§ 1º A Reitoria se empenhará em prover à Incubadora Broto de ambiente dotado de condições para a realização de suas atividades operacionais, infraestrutura técnica e administrativa, espaço físico e orçamento que permitam o acesso e apoio a serviços especializados, que se destinem ao desenvolvimento de empreendimentos nas áreas de Biotecnologia e Tecnologia Social em conformidade com a sua missão institucional.

§2º As disposições constantes deste Regimento são complementares às obrigações estabelecidas nos contratos celebrados entre a Broto Incubadora e os Empreendimentos, aplicando-se a todos os incubados residentes ou não residentes, seus sócios, pré-incubados e seus integrantes.

§3º No que couber a Broto Incubadora utilizará a Lei nº 14.315, de 17 de junho de 2021, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação do sistema produtivo no Estado e o seu decreto regulamentador de nº 22.327, de 17 de outubro de 2023, bem como a legislação complementar vigente e alterações oriundas dos dispositivos legais supramencionados para a promoção das suas ações, transações, pactos, convênios, parcerias, projetos e programas, condicionado à anuência e autorização da Reitoria.

§4º A Broto Incubadora buscará pactuar parcerias colaborativas técnicas e estratégicas para atuação em rede com outras incubadoras, aceleradoras, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT's), organizações públicas e privadas e agentes de inovação com objetivo de potencializar suas ações e fortalecer o ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo regional, estadual e nacional.

Art. 3º - Para fins deste Regimento Interno, definem-se:

I. Incubadora de empreendimentos: é um órgão que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso.

II. Empreendimento Incubado: empreendimento admitido pela Broto Incubadora que busque contribuição para sua criação, desenvolvimento ou aprimoramento, nos aspectos inovação, gestão, mercado e recursos humanos.

III. Pré-Incubação: apoio ao(s) empreendedor(es), com ou sem empreendimento regularmente constituído, para desenvolvimento de ideias inovadoras em que já tenha sido identificada uma oportunidade de negócio, entretanto necessitada de apoio por um período para comprovar a viabilidade técnica e comercial do projeto, e desenvolver seu Plano de Negócios. Esse(s) empreendedor(es) será(ão) potencialmente candidato(s) futuro(s) ao regime de incubação.

IV. Incubação: apoio ao desenvolvimento de empreendimentos, envolvendo um conjunto de atividades de suporte técnico e gerencial, para seu planejamento e sua adequada atuação no mercado e aprimoramento de seu(s) produto(s), serviço(s), e/ou processo(s). A incubação poderá ainda ser enquadrada como:

a. Incubação Residente - Empreendimentos em regime de incubação, instalados fisicamente na UESC, que compartilhem infraestrutura de apoio comum às instalações da incubadora e serviços de apoio previstos no Termo de Participação no Processo de Incubação.

b. Incubação Não-Residente - Empreendimentos em regime de incubação sem a necessidade de presença física, podendo estar instalados fisicamente em sede própria e se necessário compartilhar infraestrutura de apoio comum nas instalações da incubadora e serviços de apoio previstos no Termo de Participação no Processo de Incubação.

V. Pós-Incubação: conjunto de atividades de capacitações, mentorias, relatos de experiência, palestras, dentre outros; de caráter eventual desenvolvido pelo egresso da incubação a convite da Broto Incubadora, sem caracterização de qualquer vínculo. O enquadramento nesta modalidade é exclusivo para empreendimentos que concluíram o regime de Incubação.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 4º - A Broto Incubadora, com sede em prédio no *Campus* da UESC, Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho, Ilhéus, Bahia, tem por finalidade:

I - contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social da Bahia por meio do desenvolvimento de pesquisa visando apoiar empreendimentos de base biotecnológica e tecnologias sociais;

II – difundir e transferir o conhecimento gerado na academia estimulando o surgimento de novos empreendimentos, qualificando através de boas práticas de gestão, fomentando a transferência de tecnologia para atividades produtivas visando a geração de emprego e renda.

§ 1º A Broto Incubadora possui autonomia para desenvolver ou apoiar novos projetos de incubação voltados a negócios de impacto social, ambiental, populares e empreendimentos

que se destinem a geração de trabalho e renda e em consonância com as políticas institucionais da UESC.

§ 2º A Broto Incubadora apoiará, em parceria com os Ambientes que compõem o ecossistema de empreendedorismo e inovação da UESC, a promoção de ações que venham a contribuir com a consolidação de ambientes de inovação, por intermédio de instrumentos próprios e de colaboração técnica em rede.

Art. 5º - A Broto Incubadora tem como objetivos:

I - Apoiar a criação, o acompanhamento e a consolidação de empreendimentos em demandas de interesse da UESC;

II - Possibilitar aos empreendimentos a utilização dos serviços, da infraestrutura da Broto, mediante instrumento jurídico próprio onde indica as condições de uso do referido espaço;

III - Ser um espaço de aprendizagem de práticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do empreendedorismo;

IV - Fomentar o espírito empreendedor entre estudantes, professores, técnicos, egressos e comunidade em geral;

V - Contribuir para o sucesso de empreendimentos novos e os já existentes.

Art. 6º - Das fontes de financiamento e gestão de recursos da Broto Incubadora:

I – Orçamento próprio da instituição.

II – Captação de recursos por intermédio de editais, convênios, parcerias e demais fontes de financiamento.

Art. 7º Conforme oportunidade e conveniência da Administração Pública, haverá previsão de atribuição de função gratificada aos cargos de Coordenador Geral e Gerência Técnica.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º - A Administração da Broto Incubadora está a cargo de um corpo diretivo (coordenadora(or), e vice-coordenadora(or)) nomeados ou designados por ato da Reitoria.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA BROTO

Art. 9º - A estrutura organizacional da Broto Incubadora será formada por um Conselho Deliberativo, uma Coordenação Geral e uma Gerência Técnica.

I - O Conselho Deliberativo será constituído pela(o) Coordenadora(or) da Broto Incubadora, por um membro titular e o respectivo suplente do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT UESC, indicado pelo mesmo, por um membro titular e um suplente do Parque Tecnológico Científico do Sul da Bahia (PCT Sul) e por 2 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes, ambos indicados pela Reitoria da UESC.

- a) A Presidência será exercida pela(o) coordenadora(or) da Incubadora.
- b) A Secretaria do Conselho será definida na primeira reunião após ato constitutivo de composição deste Conselho pela Reitoria.
- c) O Conselho se reunirá ordinariamente, no mínimo, duas vezes ao ano, ou quando necessário, extraordinariamente.

II - A Coordenação será exercida por docentes efetivas(os) da UESC e indicadas(os) pela Reitoria.

III. A Gerência Técnica poderá ser exercida por uma(um) servidora(or) do corpo técnico-administrativo, efetiva(o) ou temporária(o) da UESC.

Art. 10 - São atribuições do Conselho Deliberativo:

I – aprovar o planejamento estratégico para a Incubadora Broto;

II - criar métricas de avaliação periódica e de desempenho para a incubadora, inspirada em modelos do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (Cerne) da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) ou modelos equivalentes;

III. propor mudanças do Regimento Interno da Incubadora, quando necessário;

IV – acompanhar e apoiar os egressos da incubação visando prospectar novas oportunidades de negócios, como por exemplo, criação de spin off.

Art. 11 - A Coordenação da Broto Incubadora, composta de Coordenadora(or) e Vice-Coordenadora(or), é o órgão de Administração Geral, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as decisões, diretrizes e normas estabelecidas por este Regimento Interno, para que seus objetivos sejam atingidos.

Art. 12 - São atribuições da Coordenação da Broto Incubadora:

I. conduzir os aspectos administrativos da Incubadora, colocando, em prática, as normas estabelecidas em seus procedimentos;

II. cumprir e fazer cumprir as normas administrativas e operacionais necessárias às atividades da Incubadora e dos empreendimentos por ela apoiados;

III. atuar como agente de negociação entre os empreendimentos e a Incubadora;

IV. convocar reuniões, no âmbito de sua gestão e outros órgãos ou pessoas no interesse da administração da Incubadora;

V. elaborar e autorizar a publicação de editais e chamadas públicas de convocação para seleção de empreendimentos a serem apoiados pela Incubadora;

VI. encaminhar para homologação, por parte da Reitoria da UESC, as propostas apresentadas pelos candidatos à incubação com base nos critérios do edital vigente;

VII. encaminhar para publicação à Reitoria da UESC, os resultados das propostas selecionadas nos referidos editais;

VIII. convocar os responsáveis pelas propostas aprovadas para a formalização do vínculo com a Incubadora por intermédio do Termo de Participação no Processo de Incubação;

IX. encaminhar para homologação à Reitoria da UESC, a documentação final com as devidas comprovações e assinada pelo Coordenador da proposta;

X. buscar, junto aos parceiros da Incubadora e organismos competentes, apoio para execução do Plano de Negócios e dos Projetos Incubados;

XI. divulgar resoluções, políticas e diretrizes emanadas no âmbito da Incubadora;

XII. apresentar, em reuniões, os relatórios das atividades da Incubadora e seus respectivos balancetes;

XIII. coordenar o planejamento, a elaboração e a execução dos programas de formação, eventos e prestação de serviços promovidos pela Incubadora ou através de terceiros;

XIV. representar a Universidade na gestão da Incubadora;

XV. gerir contratos, acordos e convênios no âmbito da UESC e fora dela, por delegação da Reitoria.

Art. 13 - São atribuições da Gerência Técnica:

I. organizar o expediente da Coordenação da Incubadora;

II. preparar as reuniões da Coordenação da Incubadora, lavrando suas atas;

III. redigir correspondências e providenciar sua expedição;

IV. manter atualizado o arquivo de documentos e cadastro de informações;

V. registrar entrada e saída dos documentos e equipamentos da Incubadora e executar outras tarefas pertinentes ao expediente;

VI. apoiar, no que couber, as atribuições da Coordenação;

VII. por delegação da Coordenação, representar a Broto Incubadora em atos internos e externos.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS E DA BANCA AVALIADORA

Art. 14 - A adesão ao Programa de Pré-Incubação / Incubação da Broto Incubadora se dará mediante a participação do proponente no processo próprio de seleção da Incubadora.

Art.15 - As propostas a serem admitidas na Pré-Incubação e na Incubação serão avaliadas por uma Banca Avaliadora externa à Broto Incubadora, constituída por 03(três) avaliadoras(es) indicadas(os) pela Coordenação, em conformidade com o respectivo Edital Público ou Chamada Pública.

Art.16 - O processo seletivo iniciar-se-á com a divulgação de um Edital ou Chamada Pública no qual serão estabelecidos as condições e os critérios para a apresentação, seleção e classificação das propostas de Pré-Incubação e Incubação.

Art. 17 - As propostas passíveis de Pré-Incubação e Incubação deverão se enquadrar nas exigências do Edital Público ou Chamada Pública para inscrição de propostas.

Art. 18 - São atribuições da Banca Avaliadora:

- I. avaliar as propostas submetidas ao Edital ou Chamada Pública de Pré-Incubação e Incubação;
- II. indicar as propostas elegíveis para Pré-Incubação e Incubação.

CAPÍTULO VI

DA ADMISSÃO, PERMANÊNCIA E DESLIGAMENTO DAS PROPOSTAS

Art. 19 - Homologado o processo de seleção, os empreendedores serão convocados para entregar o conjunto de documentos que o habilitem a executar contratos com a UESC e, posteriormente, assinar o Termo de Participação no Processo de Pré-Incubação/Incubação, a fim de regulamentar a relação entre as partes.

Art. 20 - A Incubadora convocará os empreendedores cujas propostas foram aprovadas para o planejamento e início das atividades no âmbito do processo de Pré-Incubação/Incubação por meio eletrônico informado na ficha de inscrição do edital.

Art. 21 - Durante o período de permanência estabelecido no Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação, a Incubadora mobilizará sua equipe, seus consultores, serviços, cursos e infraestrutura física, com o objetivo de orientar, amadurecer e acelerar o desenvolvimento do empreendimento.

Art. 22 - A participação do empreendimento, por meio de seu(s) empreendedor(es) e/ou sua equipe, nas atividades promovidas pela Incubadora são obrigatórias e serão registradas em um Plano de Incubação, com a finalidade de permitir a apresentação do histórico do empreendimento durante sua permanência na Incubadora.

Art. 23 - Poderá ocorrer o desligamento da Proposta quando:

- I. vencer o prazo estabelecido no Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação;
- II. atraso dos pagamentos por 03 (três) meses consecutivos, sem motivo previamente justificado e acatado pela Coordenação, respondendo a empresa Pré-Incubada/Incubada por todas as despesas judiciais ou extrajudiciais resultantes;
- III. por rescisão do Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação em virtude da vontade de uma ou de ambas as partes, prevista no referido Termo;
- IV. ocorrer desvio dos objetivos ou insolvência do empreendimento;
- V. apresentar riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial não apenas da Incubadora, mas da sociedade como um todo;
- VI. apresentar riscos à idoneidade dos empreendimentos em incubação ou da Incubadora ou da UESC;
- VII. exercício, pelo empreendimento incubado, de atividades ilegais ou incompatíveis com a idoneidade e prestígio da Incubadora, de seus parceiros ou da Instituição UESC;
- VIII. ocorrer infração a qualquer uma das cláusulas do Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação;
- IX. obtenção de níveis insatisfatórios nas metas de desempenho fixadas no Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação e/ou no plano de incubação;
- X. advento de norma legal ou evento imprevisível, que o torne inexecutável.

Art. 24 - Ocorrendo algum dos eventos elencados nos incisos do artigo acima que prejudiquem a idoneidade e o prestígio da Incubadora, da UESC e de seus parceiros, será aberto um procedimento administrativo junto ao Conselho Deliberativo para:

- I - avaliar a gravidade;
- II - encaminhar o relatório circunstanciado do procedimento administrativo para a Coordenação da Broto que dará ciência à Reitoria da UESC;
- III - propor, se couber, medidas corretivas e acompanhar o seu cumprimento.

Art. 25 - Ocorrendo seu desligamento, o empreendimento entregará à Incubadora, nas condições estabelecidas no Termo de Participação no Processo de Pré-Incubação/Incubação, as instalações e os equipamentos cujo uso lhe foi permitido, sem prejuízo da responsabilidade fiscal, civil e criminal pelas eventuais consequências de seus atos.

CAPÍTULO VII

DO USO DA INFRAESTRUTURA DA BROTO INCUBADORA

Art. 26 - A Incubadora se propõe a fornecer os serviços e infraestrutura nas condições previstas no Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação.

Art. 27 - Será facultado ao empreendimento, mediante solicitação, o uso de áreas comuns, como sala de reuniões, salas de treinamento, auditório e outras que venham a ser disponibilizadas pela Incubadora.

Art. 28 - As benfeitorias decorrentes de alterações e/ou reformas previamente autorizadas pela Coordenação da Incubadora e porventura realizadas pelo Empreendimento incubado, em espaços e instalações disponibilizados a esta, através de contrato, incorporar-se-ão, automaticamente, ao patrimônio da Incubadora.

Parágrafo Único: Será de responsabilidade do Empreendimento incubado a reparação de prejuízos que venham a ser causados à Incubadora e/ou a terceiros, em decorrência de alterações e/ou reformas autorizadas, não respondendo, a Incubadora ou seu parceiro, por quaisquer ônus.

Art. 29 - Instalações e uso de máquinas, aparelhos ou equipamentos que exijam consumo de energia elétrica, água ou outra utilidade, bem como a exploração de ramo industrial que implique aumento de risco de periculosidade, insalubridade e de impacto ambiental que não estiverem previstos no Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação, dependerão de prévia autorização da Coordenação da Incubadora, através de Termo Aditivo, exigindo-se do empreendimento incubado as adaptações que se fizerem necessárias.

Art. 30 - Para garantir a segurança e o padrão da infraestrutura disponibilizada, será exigido do empreendimento incubado executar, com recursos próprios, serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Art. 31 - O uso da infraestrutura por pessoal sob responsabilidade do empreendimento incubado, subentende a observância de todas as regras de horário e de comportamento estabelecidas pela Incubadora, previstas no Termo de Participação do Processo de Pré-Incubação/Incubação e comuns da Instituição UESC.

Art. 32 - A manutenção da segurança, limpeza e ordem em áreas de uso exclusivo do empreendimento incubado será de responsabilidade do empreendimento incubado.

Art. 33 - A descrição da infraestrutura física (espaços individuais ou compartilhados) e tecnológica da Incubadora a ser disponibilizada será descrita no Termo de Participação no Processo de Pré-Incubação/Incubação.

Art. 34 - Os procedimentos e as regras para o uso da infraestrutura física e tecnológica por parte dos incubados serão objeto de decisão da coordenação da Incubadora, em normas específicas.

Art. 35 - Os eventuais valores das taxas de inscrição e outras taxas serão informados no Edital do Processo de Seleção de Propostas vigente.

CAPÍTULO VIII

DA GRADUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO INCUBADO

Art. 36 - Vencido o prazo de permanência e/ou cumpridas todas as etapas de desenvolvimento do empreendimento, este se qualificará de empreendimento Incubado para empreendimento graduado e receberá um Certificado pela sua permanência na Incubadora.

Parágrafo Único: Fará jus ao Certificado aqueles empreendimentos que, ao longo do seu período de Incubação, tenham sido submetidos a processos sistemáticos de avaliação e alcançado rendimento satisfatório.

CAPÍTULO IX

DO SIGILO E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS

Art. 37 - Todos os direitos patrimoniais de propriedade intelectual, resultados, metodologias e inovações técnicas, produtos ou processos, *know-how*, privilegiáveis ou não, que forem obtidos em virtude da participação conjunta das partes, serão tratados no Termo de Participação no Processo de Pré-Incubação/Incubação, em observância às legislações internas da UESC.

Parágrafo Único: Ações publicadas e sua divulgação, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo e quando vinculados às atividades apoiadas pela Broto Incubadora, deverão, obrigatoriamente, fazer menção expressa à Incubadora, bem como a utilização da sua logomarca.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 - A Incubadora não responderá, em nenhuma hipótese, por obrigações assumidas pelo empreendimento Pré-Incubado/Incubado junto aos fornecedores, instituições financeiras, terceiros, empregados e outras instituições públicas ou privadas.

Art. 39 - Os sócios, acionistas, quotistas e/ou administradores dos empreendimentos Pré-Incubados/Incubados, seus empregados e demais pessoas que participarem de suas atividades não terão qualquer vínculo empregatício com a Incubadora.

Art. 40 - Os casos omissos a este Regimento serão resolvidos pela Reitoria.

Art. 41 - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade, em 22 de maio de 2025.

ALESSANDRO FERNANDES DE SANTANA
PRESIDENTE